



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 018

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Cláudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Luiz Nishimori</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 018

17ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	2
Presenças	2
Abertura da Sessão	2
Expediente:	
Designação	3
Indicações	3
Requerimentos	6
Projetos de Lei Complementar	8
Projetos de Lei	8
Pequeno Expediente:	
Dep. Rosane Ferreira	11
Dep. Luiz Cláudio Romanelli	12

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi	13
Liderança do PT	
Dep. Elton Welter	15
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	18
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	19
1ª Discussão	20
Discussão Única (Indicações)....	22
Requerimentos	23

Encerramento da Sessão24

DIÁRIO Nº 018

17ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Jocelito Canto.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar

Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Edgar Bueno, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins e Teruo Kato (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Geraldo Cartário, Mamede, Osmar Bertoldi e Plauto Miró (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Designação*****DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Deputado Francisco Bühler, membro do Conselho Fiscal da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, para representar esta Casa de Leis na Reunião da Diretoria Executiva Nacional, Conselho Fiscal e Secretaria de Mulheres, no dia 02 de abril de 2007, na Cidade de Brasília.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Indicações**INDICAÇÃO Nº 026/07**

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, SUGERE que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo - SETU para:

1) Incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Exposição Agrícola de Londrina, a ser realizada de 7 a 10 de junho de 2007. Esta será a 46ª edição da exposição que congrega centenas de pequenos e médios agricultores que ajuntam-se para expor seus produtos como: flores, frutas, raízes, grãos, doces e produtos caseiros.

2) São mais de 20.000 visitantes que passam por essa exposição, anualmente, razão do seu sucesso absoluto durante os seus 46 anos de existência.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 027/07

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, SUGERE que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo - SETU para:

1) Incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Exposição Agrícola de Uraí, a ser realizada de 09 a 10 de junho de 2007, em Uraí.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Exposição Agrícola de Uraí, é um evento que se tornou tradição naquela região do Norte Pioneiro, atraindo milhares de visitantes durante a sua realização. Além do mais, é o grande instrumento dos agricultores da região, principalmente os pequenos agricultores de aproveitarem para expor os seus produtos, aumentando assim a comercialização dos mesmos. E ainda, as atrações da feira têm sido razão da presença do grande público diário daquela mostra. Sua inclusão no Calendário Turístico do Estado do Paraná, vai concretizar os anseios de todos na região.

INDICAÇÃO Nº 028/07

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, SUGERE que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo - SETU para:

1) Incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado o Festival Nippo-Brasileiro de Maringá que será realizado nos dias 04 a 12 de agosto de 2007, em sua edição nº 18, sendo considerado o segundo maior evento de Maringá e região, perdendo em visitação pública apenas para a EXPOINGÁ.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Festival Nippo-Brasileiro de Maringá vem sendo realizado todos os anos com o objetivo de difundir a arte e a cultura japonesas no Brasil. Manter a tradição e despertar o surgimento de novos valores na arte e cultura nipo-brasileira, tem sido o objetivo desse festival que já se tornou uma tradição entre os amantes da arte japonesa. Merece realmente fazer parte do calendário turístico paranaense.

INDICAÇÃO Nº 029/07

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, SUGERE que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo - SETU para:

1) Incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Festa da Uva Fina de Marialva que será realizada nos dias 11 a 20 de janeiro de 2008, em sua edição nº 16, onde os agricultores têm a oportunidade de expor a sua produção, bem como estimular o consumo dos produtos pela população regional, aumentando a renda dos pequenos produtores.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 030/07

O Deputado que a presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, SUGERE que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo - SETU para:

1) Incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Exposição Agrícola Regional de Assaí - EXPO-ASA que será realizada nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2007, na sua edição n° 64, onde os agricultores têm a oportunidade de expor a sua produção, bem como estimular o consumo dos produtos pela população regional, aumentando a renda dos pequenos produtores.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO N° 031/07

SÚMULA:

Propõe obras de reforma no Colégio Estadual Unidade Pólo de Jandaia do Sul

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva - Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de reforma na estrutura do Colégio Estadual Unidade Pólo de Jandaia do Sul, incluindo-se as reparações necessárias para o regular funcionamento do colégio.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Unidade Pólo de Jandaia do Sul tem mais de trinta anos, sofrendo a depreciação natural aliada às decorrentes das atividades escolares em si, exercidas ao longo desses anos.

O Colégio necessita de urgente reforma, uma vez que a precariedade da estrutura compromete, dentre outras situações, o bem-estar dos alunos que passam grande parte do seu tempo no interior do colégio, e precisam dispor de condições mínimas para continuar desenvolvendo suas atividades.

INDICAÇÃO N° 032/07

SÚMULA:

Propõe a construção de uma nova Delegacia no Município de Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma nova Delegacia em Pinhais, com estrutura compatível com o número de habitantes do município, mediante análise de estatística a ser levantada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pinhais tem hoje uma população de aproximadamente 120.000 (cento e vinte mil) habitantes. A delegacia foi construída em 1982, com capacidade

para dezesseis presos e, ao longo destes 25 anos, houve uma grande explosão demográfica, via de consequência, aumentando muito a demanda.

É comum a atual delegacia comportar mais de 70 (setenta) detentos, muito além da capacidade e com as instalações bastante precárias.

Daí a necessidade e urgência na construção de uma nova Delegacia de Polícia, a ser estruturada após a análise estatística a ser feita pelos critérios da SESP.

INDICAÇÃO N° 033/07

SÚMULA:

Propõe um aumento no efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar de Pinhais e Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A implantação de uma Companhia da Polícia Militar em Pinhais para atender os Municípios de Pinhais e Piraquara.

2) Aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar no Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 28.03.07

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

A indicação justifica-se pela urgência e necessidade de aumentar o efetivo da Polícia Militar no local, em razão da carência de proteção policial da população local, que há muito vem sendo vítima do crescimento acelerado da violência, com destaque nos dois últimos anos.

INDICAÇÃO N° 034/07

SÚMULA:

Propõe a construção da ligação da Av. Maurício Fruet em Curitiba, com a Av. Iraí em Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes do Paraná.

O Deputado Professor Luizão dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A construção da ligação da Avenida Maurício Fruet em Curitiba com a Avenida Iraí em Pinhais, passando em frente ao Autódromo Internacional.

Sala das Sessões, em 28.03.07

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Existe um estrangulamento neste trecho, que liga Curitiba a Pinhais.

Após passar pelo Capão do Imbuia, não há continuidade da Av. Maurício Fruet, sendo necessário atravessar a ferrovia, passando pelo antigo terminal de Pinhais e atravessar novamente a ferrovia na altura da Avenida Camilo di Lellis, em Pinhais, para alcançar a Avenida Iraí que dá acesso a Piraquara na região do Bairro Guarituba.

A situação já complicada, se agrava quando acontecem eventos no Autódromo Internacional, tornando-se inviável o trânsito naquela região.

INDICAÇÃO Nº 035/07

SÚMULA:

Propõe reforma no Colégio Estadual Fabiana Pimentel e Escola Maria Aparecida Nigolski.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de ampliação no Colégio Estadual Fabiana Pimentel, localizado no Município de Castro, conforme Protocolo nº 9.215.666-4.

2) A realização de obras de ampliação para adequação de alunos deficientes na Escola Estadual Maria Aparecida Nigolski, localizado no Município de Castro, conforme Protocolo nº 9.386.672-0.

3) A indicação justifica-se pela urgência do Estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Sala das Sessões, em 28.03.07

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 036/07

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Henrique Stadler e Escola David Carneiro.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de ampliação na Escola Estadual Henrique Stadler, localizada no Município de Palmeira, conforme Protocolo nº 8025133-5.

2) A realização de reforma e reparos na Quadra de Esportes da Escola Estadual David Carneiro, localizada no Município de Palmeira, conforme Protocolo nº 8.927.268-8.

3) A indicação justifica-se pela urgência do Estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Sala das Sessões, em 28.03.07

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 037/07

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Alcides Munhoz e Colégio Estadual Santo Antônio.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de reforma e reparos na Escola Estadual Alcides Munhoz, localizada no Município de Imbituva, conforme Protocolo nº 9045866-3.

2) A realização de reforma e reparos no Colégio Estadual Santo Antônio, localizado no Município de Imbituva, conforme Protocolo nº 9.046.018-8.

3) A indicação justifica-se pela urgência do Estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Sala das Sessões, em 28.03.07

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 038/07

SÚMULA:

Propõe reforma na Escola Eurico Batista Rosa.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) A realização de obras de ampliação na Escola Eurico Batista Rosa, do Município de Carambeí, conforme Protocolo nº 9.045.936-8.

2) A indicação justifica-se pela urgência do Estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Sala das Sessões, em 28.03.07

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 039/07

SÚMULA:

Propõe reformas e ampliações em Escolas Estaduais de Ponta Grossa conforme solicitações abaixo.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o que segue:

1) Reformas no Colégio Estadual General Osório - Protocolo nº 9.056.512-5.

2) Construção de um muro no Colégio Estadual Linda C. Bacila, Protocolo nº 5.898.303-9.

3) Reforma e ampliação no Colégio Estadual Linda C. Bacila. Protocolo nº 8.770.861-6.

4) Reparos no Colégio Estadual Elzira C. de Sá - Protocolo nº 9.297.023-0.

5) Reparos na Escola Estadual Bento Mossurunga - Protocolo nº 8.512.308-4.

6) Melhorias e ampliação na Escola Estadual Pe. Pedro Grezelczaki - Protocolo nº 9.045.809-4.

7) Obras de reparos no Colégio Estadual Polivalente - Protocolo nº 9.386.942-7.

8) Obras de melhorias no Colégio Estadual Polivalente - Protocolo nº 9.386.943-7.

9) Obras de reparos no Colégio Estadual Santa Maria - Protocolo nº 9.223.187-9.

10) Obras de reparos no Colégio Estadual Epaminondas Novaes Ribas - Protocolo nº 4.806.097.

11) Obras de reparos no telhado na Usina do Conhecimento - Protocolo nº 8.071.385-1.

12) Construção de novos banheiros no Colégio Estadual Dr. Munhoz da Rocha - Protocolo nº 9.387.400-5.

13) A indicação justifica-se pela urgência do Estado em atender necessidades que são básicas da escola e que há tempo estão sendo solicitadas. São deficiências específicas que acabam gerando reclamações constantes.

A presente indicação visa ainda, propiciar à escola, uma infra-estrutura que dê condições para o funcionamento regular das atividades.

Sala das Sessões, em 28.03.07

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 040/07

SÚMULA:

Propõe a compra de aparelhos para o Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa. e ao Sr. Comandante, para expor e reivindicar o seguinte:

1) Autorização de compra, dos seguinte aparelhos abaixo relacionados, para o Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá:

- a) um vídeo laparoscopia;
- b) um vídeo endoscopia;
- c) um vídeo colonoscopia; e
- d) uma ambulância - UTI.

2) A solicitação justifica-se pelo grande número de pessoas atendidas pelo Hospital Universitário da Universidade Estadual de Maringá e com a aquisição desses aparelhos haveria possibilidade e certeza de melhora desse atendimento. Milhares de pessoas de toda região do

Norte do Paraná seriam beneficiadas com essa ação governamental.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 597

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 058/07, item 01 da Ordem do Dia desta data, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 148/07, de minha autoria, que objetiva alterar a Lei Complementar nº 83, que instituiu a Região Metropolitana de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 579

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja formada uma Comissão de três Deputados, com a finalidade de verificar, urgentemente, as reais condições dos equipamentos utilizados no aeroporto Afonso Penna, localizado na Região Metropolitana de Curitiba.

Diante do “apagão aéreo”, que tantos problemas têm causado a milhares de passageiros, pelos atrasos constantes nos pousos e decolagens de aeronaves comerciais, inclusive, conforme matérias veiculadas na imprensa nacional ocorreram sérios riscos de choques entre aviões, por problemas originados no Afonso Penna, se faz necessária a presença, urgente, da Assembleia Legislativa, para verificar as causas e oferecer sua contribuição às autoridades na busca da reclamada solução do caos que virou rotina nos principais aeroportos do país.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente:

O Município de Cascavel perdeu mais um de seus ilustres pioneiros. Foi sepultado nesta terça-feira o Sr. Valério Baratter, que deixa viúva a dona Adélia Baratter,

com quem teve três filhos: Alberto, Mauro e Antonio Carlos, ex-Deputado Estadual.

Valério Baratter nasceu em 1921 na Cidade de Guaporé, no Rio Grande do Sul, completou 86 anos no dia 17 de fevereiro último. Chegou em Cascavel pela primeira vez ainda em 1958, fixando residência na cidade em 1964, onde atuou como um dos fundadores do antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), legenda pela qual desenvolveu notável atuação política.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO N° 603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações ao ilustre guarapuavano Célio Rodrigues, que tornou-se Campeão Mundial de Muay Thai e Kickboxing em Bankok (Tailândia).

Requer ainda, que seja dada ciência através de correspondência a ser encaminhada a Rua Cândido Xavier, 523, Bairro Santana - CEP 85070-250 - Guarapuava.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO N° 594

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à jornalista Vivian Schlemm de Albuquerque.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a jornalista Vivian Schlemm de Albuquerque, por ocasião do lançamento do seu livro Os Contos da Casa dos Contos.

REQUERIMENTO N° 595

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. José Paulo Garcia Pedriali.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Sr. José Paulo Garcia Pedriali, por sua competente e dinâmica administração na empresa Viação Garcia Ltda.

REQUERIMENTO N° 596

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Hotel Igapó.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Hotel Igapó, localizado no Município de Londrina, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

REQUERIMENTO N° 598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial o artigo 131 do Regimento Interno, REQUER moção de apoio a ser encaminhada à Câmara dos Deputados, após ouvido o douto Plenário, ao Projeto de Lei n° 7.020/06, de autoria do Deputado Federal João Herrmann Neto, que altera a redação do artigo 8°, da lei n° 9719, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre normas e condições gerais e proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A presente moção de apoio visa atender solicitação da Frente Intersindical de Paranaguá, que tem como escopo a proteção e defesa dos interesses dos trabalhadores.

O Projeto de Lei n° 7.020/06, em trâmite na Câmara dos Deputados, tem a finalidade de passar o intervalo obrigatório das atuais 06 (seis) horas para 11 (onze) horas dos trabalhadores portuários, não impondo ônus aos setores empresariais envolvidos na gestão portuária, favorecendo interesses legítimos da coletividade portuária obreira, que anseia pelo aperfeiçoamento, disciplina e regularidade operacional no sistema de administração da mão-de-obra.

REQUERIMENTO N° 585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, seja endereçado expediente ao Sr. Ricardo Teixeira, presidente da CBF - Confederação Brasileira de Futebol, solicitando que o Paraná também seja sede de uma chave da Copa do Mundo de Futebol de 2014, que possivelmente será disputada no Brasil. Igualmente defendemos que os jogos da seleção brasileira, válidos para a Copa de 2010 sejam jogados no Paraná. Vale ressaltar que as Cidades de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel possuem excelentes estádios de futebol, alguns até mais modernos do que alguns estádios onde foi jogada a última copa.

Moramos num Estado em franco desenvolvimento, habitado por um povo apaixonado por futebol. As cidades apontadas neste requerimento são dotadas, além das boas condições dos estádios, de moderna rede hoteleira, telefonia de primeiro mundo e ótimas condições de trans-

portes. O sonho da maioria dos paranaenses é ver o Paraná ser o anfitrião de uma das chaves da próxima Copa do Mundo de Futebol, daí a expectativa do atendimento, por parte do Presidente da CBF, da solicitação contida neste requerimento.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) ANTONIO BELINATTI

REQUERIMENTO Nº 602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná e ao Sr. Maurício Requião, Secretário da Educação, para que sejam tomadas providências urgentes no sentido de ampliação das salas de aula do Colégio Estadual de Palmeirinha, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o colégio conta com um total de 829 alunos, desses, 543 no ensino de 5ª a 8ª série e 332 no ensino médio. Faltam salas de aula.

Segundo a Diretora Tassiani Barato, tem alunos estudando na quadra de esportes, em pré-moldado, mal alojados. Guarapuava é o município de maior extensão territorial do Paraná, e no centro dele está o Distrito de Palmeirinha, com seus 11.000 habitantes, cuja contribuição aos cofres públicos do Município e Estado é bastante significativo.

Eis que fazemos este apelo, para que os estudantes daquele colégio não mais sofram em estudar em lugares não adequados ao ser humano.

REQUERIMENTO Nº 604

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências para autorizar o reinício das obras de pavimentação do trecho de 15 quilômetros da rodovia que liga a sede do Município de Diamante do Sul à rodovia BR-277.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Autoridades municipais e a comunidade aguardam com muita expectativa o reinício das obras da rodovia, pois trata-se da única ligação da sede com a rodovia BR-277. É um trecho relativamente curto e a pavimentação será a grande conquista e a libertação do povo daquele progressista município, que tanto labuta, produz riquezas e gera impostos. Pois com a atual situação, o leito da rodovia se encontra em estado precário e de difícil trafegabilidade, causando prejuízos no escoamento da produ-

ção agropecuária, transporte escolar e deslocamentos que se fazem urgentes em caso de doenças e acidentes.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 179/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 083, de 17 de julho de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 110, de 25 de agosto de 2005, que institui a Região Metropolitana de Maringá, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, constituída pelos Municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba e Flórida.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Município de Flórida dista de Maringá somente 47 quilômetros, e foi desmembrado do Município de Iguaçu, município que faz parte da Região Metropolitana de Maringá.

Parcela da população de Flórida trabalha em Maringá, o comércio e a agricultura local têm fortes vínculos com o Município de Maringá e com os demais municípios da região metropolitana.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que tenciona incluir Flórida na Região Metropolitana de Maringá.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 180/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estipulado em 180 dias o prazo de licença-maternidade para as servidoras públicas estaduais do Paraná, incluindo quem trabalha nas universidades e empresas do Governo.

Art. 2º Durante o período em que estiver usufruindo da licença-maternidade, a servidora-mãe não poderá colocar a criança em creche ou instituição similar. Se deixar de cumprir o estabelecido neste parágrafo, a servidora perderá o direito ao referido benefício.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com mais de 200.000 assinaturas de apoio, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a OAB e a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente estão em campanha para que os cuidados com as crianças e com a maternidade tenham o suporte social que merecem. É opinião geral que é extremamente importante que a mãe passe o maior tempo possível na companhia do bebê. A aprovação deste projeto será uma louvável contribuição do Poder Legislativo paranaense para milhares de mulheres que, por força de terem emprego fora de casa, se ausentam muito cedo do recém-nascido. A presença da mãe é insubstituível na formação da criança.

PROJETO DE LEI Nº 181/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 236, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 236. À funcionária gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por 6 (seis) meses, com percepção do vencimento ou remuneração e demais vantagens legais.

§ 1º Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do início do oitavo mês de gestação.

§2º Quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, a licença poderá ser prorrogada por três meses.

§ 3º A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, terá direito a ser aproveitada em função compatível com o seu estado, a contar do quinto mês de gestação, sem prejuízo do direito à licença de que trata este artigo.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Com mais de 200.000 assinaturas de apoio, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a OAB e a Frente Parlamentar de Defesa da Criança e do Adolescente estão em campanha para que os cuidados com as crianças e com a maternidade tenham o suporte social que merecem. É opinião geral que é extremamente importante que a mãe passe o maior tempo possível na companhia do bebê. A aprovação deste projeto será uma louvável contribuição do Poder Legislativo paranaense para milhares

de mulheres que, por força de terem emprego fora de casa, se ausentam muito cedo do recém-nascido. A presença da mãe é insubstituível na formação da criança.

PROJETO DE LEI Nº 182/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º e 3º, da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Selo de Qualidade Paraná, que será concedido por entidade certificadora, a ser autorizada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, para todos e quaisquer produtos e subprodutos das cadeias agropecuária e florestal que venham a ser exportados via portos de Paranaguá e Antonina e que estejam em conformidade com os padrões exigidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, ou, na ausência, pelos padrões internacionalmente aceitos.

Parágrafo Único. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, regulamentará os critérios da concessão do “Selo de Qualidade Paraná.”

“Art. 3º A entidade certificadora a ser contratada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, deverá, obrigatoriamente, ser pertencente ao terceiro setor, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por período mínimo de 02 (dois) anos e estar apta a atuar dentro das normas Guia ISO 65 editada pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.”

Art. 2º Fica acrescido novo artigo 5º da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, com a seguinte redação, renumerando o atual artigo 5º para artigo 6º.

“Art. 5º Todos os produtos, referidos no artigo 1º, que forem exportados via portos de Paranaguá e Antonina deverão apresentar à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, o certificado que ateste a qualidade de seu produto a ser fornecido, obrigatoriamente, pela entidade certificadora autorizada.

Parágrafo Único. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA não autorizará o embarque dos produtos que não apresentarem o certificado de qualidade.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição técnica com o objetivo de aprimorar a regulação do “Selo de Qualidade Paraná”. Este selo já se tornou referência e

possibilitou a agregação de valor aos produtos exportados.

Não obstante, a necessidade de sempre aprimorar o controle de qualidade é o que possibilita esta agregação, razão pela qual pequenos ajustes se fazem necessários à Lei Estadual 14.940/05.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela, que, temos certeza, trará enormes benefícios aos exportadores paranaenses.

Outrossim, encontra-se em anexo cópia integral da referida lei, dando cumprimento ao parágrafo 5º do artigo 117 do Regimento Interno desta nobre Casa.

PROJETO DE LEI Nº 183/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, com sede no Município de Curitiba, sem fins lucrativos, tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico da comunidade, bem como a realização de cursos de alfabetização e capacitação dos jovens e idosos.

A documentação demonstra que a Instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78 alterada pela Lei nº 8.589/87 e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 184/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Conselho Estadual de Combate aos Crimes Cometidos pela Internet, no Estado do Paraná.

Art. 2º O Conselho Estadual de Combate aos Crimes Cometidos pela Internet tem como objetivo primordial implantar uma política adequada que permita combater e investigar de maneira efetiva a autoria de crimes cometidos por intermédio da rede mundial de computadores.

Parágrafo Único. Entende-se por internet, a rede mundial de computadores interligados cujo intuito seja a comunicação e/ou propagação de informações gerais.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, após a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o intuito de incentivar e fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, ou seja, aqueles que são cometidos através ou por intermédio da rede mundial de computadores (internet).

Com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento dos meios de comunicação, cresceu também o número de pessoas que os usam para o cometimento de vários delitos. A gama de delitos cometidos pela internet é a mais variada possível, existindo exemplos de crimes contra o patrimônio (extorsão, estelionato), crimes contra a honra (injúria, difamação e calúnia), crimes contra a paz pública (apologia ao crime ou criminoso), crimes contra a liberdade individual (ameaça), crimes contra a propriedade imaterial, crimes contra a fé pública, sem mencionar, ainda, os crimes contra o consumidor (Lei Federal 8078/90) e até mesmo contra o sistema financeiro (Lei Federal 7492/86) e a ordem econômica (Lei Federal 8137/90). As pesquisas demonstram também que, no Brasil, as fraudes financeiras que utilizam a internet e correios eletrônicos já superaram, em valores financeiros, os prejuízos de assalto a instituições bancárias.

Ademais, ressaltamos a importância do combate aos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, crimes de pedofilia e de divulgação de imagens pornográficas com crianças e/ou adolescentes em sítios na internet. Importante observar que, segundo o último levantamento da Polícia Federal, constatou-se que 2/3 (dois terços) dos responsáveis pela criação de páginas de pedofilia na internet - já detectadas por investigações policiais brasileiras e do exterior - têm origem brasileira. Esses crimes têm de ser combatidos com maior eficácia em todo o Estado do Paraná.

Devemos ressaltar o caráter ágil que os crimes da internet apresentam, sendo que qualquer informação criminosa é propagada com velocidade virtual espantosa e causa danos irreparáveis às vítimas e em muitos casos internautas perdem a própria vida.

Desta maneira, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do projeto de lei, que cria o Conselho de Combate aos Crimes pela Internet.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeira oradora inscrita, no Pequeno Expediente, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Boa-tarde, Sr. Presidente.

Pego este horário do Pequeno Expediente para falar rapidamente com o Líder do Governo, Deputado Romanelli. Na verdade, quero deixar registrado que ontem tínhamos deixado para discutir dois requerimentos nossos.

Um requerimento solicitando à COPEL uma relação dos estudos feitos com emprego das placas fotovoltaicas, que hoje é considerada uma das formas mais sérias de emprego de energia limpa.

O que são as placas fotovoltaicas? Elas transformam a energia solar em energia elétrica, usando para isso um elemento químico chamado silício que é o elemento químico mais abundante na natureza, perdendo apenas para o oxigênio.

Na verdade, quando fazemos os nossos requerimentos, fazemos única e exclusivamente com o intuito de subsidiar os nossos projetos. Não temos o intuito de alimentar a Situação ou Oposição desta Casa ou usar esses requerimentos na questão política eleitoral. Muito pelo contrário, o nosso requerimento, Deputado Romanelli, tem o intuito único e exclusivo de dar subsídios para que possamos fazer projetos que realmente vão ao encontro do interesse da sociedade paranaense.

Na semana passada trabalhamos dois ou três dias em cima de um projeto de aquecedores solares. Os meios de comunicação trouxeram a iniciativa da COHAPAR, trazida pelo Sr. Rafael Greca, de instalar os aquecedores solares em quinhentas casas populares e isso é o que queremos que não aconteça, de propormos uma coisa, gastarmos energia, gastarmos o dinheiro público que paga tanto o nosso salário, quanto o dos nossos assessores para “chover no molhado”, como diria. Então, os nossos requerimentos têm única e exclusivamente esse objetivo.

Quando nós estamos pedindo à COPEL o teor do documento que hoje será apreciado por esta Casa, nós pedimos: *Requer a COPEL informações sobre estudos para utilização de painéis fotovoltaicos em edifícios públicos*. Queremos saber se existem estudos e a que níveis estão esses estudos para que nós possamos propor alguma coisa, é subsídio para as nossas discussões.

O nosso outro requerimento requer à MINERO-PAR informações sobre recomendações técnicas para a recuperação ambiental de lavras de areia.

Mais uma vez está se solicitando para a MINERO-PAR quais são as normas técnicas, a receita do bolo, quando os mineradores vão buscar a licença prévia para instalações de suas empresas. O que é colocado, como é feito isso, para que possamos cobrar que aquelas medidas sejam efetivadas.

No Paraná não faltam leis que protejam o meio ambiente. Acho que a nossa Constituição é a mais avançada do Brasil nesse sentido. O que falta é que essas leis

saíam da Constituição e, realmente, venham ao encontro das nossas vidas, melhorem e garantam qualidade de vida para os paranaenses.

Quando me filiei ao Partido Verde, há oito anos, uma das questões que mais me chamou a atenção é que lá no início do Regimento do Partido tem uma frase dizendo que o Partido Verde não se prende à dicotomia esquerda *versus* direita. Entendo que essa questão é muito séria, porque a grande maioria dos nossos eleitores não entende o que é Esquerda e o que é Direita, embora saibamos que a organização política seja dessa forma. Então, estamos tentando manter uma conduta nem de Esquerda, nem de Direita, nem de Oposição, nem de Situação. Até este momento, temos tentado legislar em cima do que acreditamos ser o certo.

Tenho muito a aprender com os senhores. Cada vez que o Deputado Waldyr Pugliesi fala, para mim é um aprendizado; cada vez que o Deputado Valdir Rossoni fala, é outro aprendizado; tenho muito a aprender com vocês, mas quero registrar isto na Casa, Sr. Presidente: nossos requerimentos têm só o objetivo de nos embasar tecnicamente para que possamos desempenhar um bom trabalho e fazer jus aos votos que tivemos no último pleito.

Obrigada!

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para registrar, também em nome do nosso colega Deputado Dr. Batista, a presença do Vereador Dorival Dias do PSDB de Maringá, que muito nos honra com sua presença.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Nós temos hoje, no Plenário desta Casa, a representação política de dois Vereadores da Cidade de Maripá: Verônica Hartmann e Urbano Kaesler. Também gostaria de registrar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin que está na Cidade de Beltrão onde está ocorrendo um congresso da FETRAF-Sul e, também, o Governo do Estado está lá assinando convênios sobre habitação rural. A Deputada Luciana, bem como o Deputado Caíto Quintana, estão acompanhando esse evento importante.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Nosso nobre e querido colega Douglas Fabrício levanta aqui uma questão: a pauta diz que hoje é quarta-feira e isso é verdade, mas quando cita o projeto que vai ser votado, consta que hoje é terça-feira. Então, não sei se é a idade que está atrapalhando...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Naturalmente, o nosso gráfico deve estar com o calendário atrasado. Onde se vê terça, leia-se quarta.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

Deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

O Deputado Douglas Fabrício ficou até meio ruborizado ali, mas tudo bem, está certa a ponderação.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

A Deputada Rosane Ferreira subiu a esta tribuna para reivindicar que seus requerimentos de pedidos de informação sejam aprovados por esta Casa. A rigor, salvo um lapso de memória, 100% dos pedidos de informação que ela formulou foram aprovados. Foram aprovados com um apoio da Bancada que apóia o Governo nesta Casa, ou seja, da Bancada do PMDB, do PT, do PTB, do Dr. Batista e do Dr. Felipe Lucas.

Quero dizer aos companheiros da Bancada do PTB, e todos aqueles companheiros do PSDB, mas quero dizer, Deputada Rosane, que V. Exa. também como Deputada, na plenitude do exercício do mandato, diria que deve ter votado quase em 100% também contra as proposições e matérias que são oriundas dos vetos do Governo. E nos requerimentos sempre votou com a Oposição. Nem por isso modificamos a nossa posição em relação a V. Exa.

Então, Sr. Presidente, até pelos entendimentos que temos mantido com a Oposição, gostaria de sugerir à Deputada que reformule os seus pedidos de informação, ou retire e solicite o envio de expediente àquela unidade administrativa que possa prestar as devidas informações ou então possa fazer como diversos Parlamentares estão fazendo, que é encaminhar via Liderança do Governo, para que possamos solicitar as informações que lhe são próprias. Acho que essa seria uma forma de resolver isso e também quero sugerir à Deputada Rosane, integrante do Partido Verde, que compõe inclusive a Base de Sustentação do nosso Governo, que possa também estar aqui votando com o Governo. Gostaria muito, Deputada Rosane, que V. Exa. pudesse votar com a nossa Bancada, sei que V. Exa. tem um relacionamento com os Deputados que compõem o bloco. Acho que é necessário se fazer uma revisão dessa discussão. Tenho discutido isso com o Deputado Reni Pereira e penso que é necessário que possamos tê-la integrante da Bancada que dá Sustentação ao nosso Governo. Seria muito importante nesse processo.

Quero dizer que também vi e li a medida tomada pelo Presidente da COHAPAR, o ex-Deputado Rafael Greca, sobre o tema que envolve a sustentabilidade. Quero lhe dizer até o seguinte: outro dia, discutia, via o projeto de reforma do Palácio Iguaçu. A reforma vai ter todos os conceitos novos de sustentabilidade do ponto de vista das unidades que devem ser edificadas com esse conceito. As caixas d'água pluviais para o verão, as descargas sanitárias, todos os conceitos modernos, especialmente na Europa, que estão sendo utilizados, que trata a água como deve ser tratada, até porque toda água que temos no mundo, é a mesma água desde que o mundo é mundo e que começamos o processo civilizatório.

Efetivamente, temos que reconhecer que com o conhecimento da técnica que dispomos hoje, se aplicarmos os novos e modernos conceitos, conseguiremos ter um mundo melhor no futuro, embora já com seis bilhões e meio de habitantes, podendo chegar daqui a cinquenta anos a doze bilhões de habitantes que habitarão este planeta. E o nosso Brasil, provavelmente, vai ter daqui a cinquenta anos, 260 milhões de habitantes. Hoje, já temos 187 milhões de habitantes. Números desafiadores e se de fato não tratarmos nosso ambiente de forma sustentável, a vida aqui na terra se tornará absolutamente impossível.

Por isso a sua preocupação, inclusive com essa questão que envolve as cavas que resultam da extração da areia e outros temas, que são absolutamente relevantes, são importantes e é claro que terão o apoio da Liderança do Governo. São temas importantíssimos.

Agora, penso que V. Exa. poderia encaminhar desta forma. Tenho certeza de que o resultado seria muito bom e seria alcançado. E quero aqui parabenizar o Deputado Rafael Greca, pela iniciativa. É uma iniciativa positiva. Essas casas foram assinadas, só para concluir - fui eu quem iniciou essas casas - e elas estão, aproximadamente com 80%, não é isso, Deputado Waldyr Pugliesi? V. Exa. que foi o grande reivindicador da construção dessas casas no Município de Arapongas, nós devemos estar com 80% das obras, já com mais de quinhentas casas que eu deixei assinado, antes de sair, dinheiro da nossa querida Caixa Econômica Federal, graças à parceria que nós temos com o Governo do Presidente Lula, na área da habitação. Temos conseguido dar efetividade a este direito, constitucional - que está lá no artigo 6º - direito à moradia, o direito à vida digna das pessoas, numa moradia com sua família.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era isto o que eu tinha a informar.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário destinado à Liderança do PMDB, concedemos a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares. Esta é uma Casa política. E muitas vezes vejo expressões interessantes, aqui. Olha, estão politizando o debate. Mas, a Casa é política e eu acho que ela tem que ter os olhos voltados para as questões políticas.

Então, venho a esta tribuna e falaria, inicialmente, a respeito do novo piso salarial de referência, que esta Casa certamente aprovará. Mas, deixo até para o segundo plano essa questão, para fazer algumas considerações a respeito dessas questões partidárias.

Vejam bem, eu pego a Gazeta do Povo e vejo aqui: *Adur comemora a saída de Vereadores*. Mas, parece, para aqueles que olham rapidamente a notícia, que isto é um paradoxo. Como é que alguém está comemorando a saída de Vereadores do seu próprio Partido? Mas, na realidade, o que nós temos - nós todos os Partidos - o que temos que fazer é comemorar mesmo, quando determinadas figuras políticas abandonam nossas siglas, porque essas pessoas não têm identificação nenhuma, estão ali nas siglas partidárias simplesmente para ter cumprido, no caminhar em relação à eleição, uma exigência da lei eleitoral.

Mas, o que eu queria dizer é o seguinte - e aqui fica um recado muito interessante, específico àqueles que estão acostumados a pular de galho em galho, permanentemente. Olha, tem Deputado Federal, eleito agora, que já está na quarta ou quinta legenda, depois de ter sido eleito no dia 1º de outubro de 2006.

Então, ainda no dia e ontem eu fiz algumas considerações em relação à saída desses Vereadores do PMDB, aqui em Curitiba. Eu falava a respeito de quê? Que nós deveríamos ter uma reforma político-partidária em profundidade. A tese que sempre defendi durante a minha vida, foi a tese que agora, ontem à noite, o TSE acabou decidindo: *TSE decide que mandato pertence ao Partido e não ao candidato eleito*. Acho que é essa a questão fundamental. Como você vai moralizar a vida partidária neste país, com esses oportunistas de todos os dias?

Logicamente que muita gente pode e até deve sair dos seus Partidos quando se sentem pressionados dentro da sigla, quando não têm condição de colocar em prática as idéias que professam. Mas, aqueles que usam o Partido como uma estação de baldeação, como um ponto de partida para as outras coisas, eu gostaria que essas figuras políticas fossem eliminadas pela nova legislação.

O que eu dizia é simples: acima do soldado está o Exército, a instituição; acima do Deputado está a instituição, a Assembleia Legislativa; acima do padre está a Igreja; acima do membro partidário está o Partido, a organização partidária com o seu ideário, com o seu estatuto, com seus códigos. Então, está aqui, finalmente, em uma votação do Tribunal Superior Eleitoral, por seis votos a um, se decidiu, Deputados, que o mandato per-

tence à legenda ou à coligação, ao Partido, e de maneira nenhuma ao Deputado, ao Vereador, ao Senador.

Acho que é um avanço muito grande que estamos tendo. Pergunto: como vai ficar a questão, por exemplo, desses Vereadores que acabaram de sair da sigla partidária? Só o Partido do Presidente da República recebeu, se não me engano, nesse período muito pequeno da nossa atividade política, após as últimas eleições, 41 novos Deputados. É interessante que isso só acontece na política. Por exemplo, em relação ao futebol, você não vê um indivíduo torcendo por um time e daqui a pouco torcendo por outro time. Na política, temos essa substituição de legenda.

Lembro-me, fundador do MDB e do PMDB que sou, estou no desempenho do nono mandato, que sempre me foram confiados pelos eleitores. Em que partidos? MDB e PMDB.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Permita-me um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Logo em seguida, caro Deputado Dobrandino.

Você fica em um Partido, ele se recicla, se moderniza e não fica velho, não. Ninguém fica velho querendo não ficar, inclusive, nós. É muito interessante! As pessoas que formulam as políticas, as idéias de determinadas agremiações partidárias, têm que estar baseadas nos estudos, na reflexão, na pesquisa e no avanço. Costumo dizer, Sr. Presidente, que tenho saudade do futuro, querendo dizer que quero ver as coisas lá adiante. Fico no passado, ligado àquilo que eu tive, para embasar o meu lastro cultural e as minhas convicções. Mas há coisas que são imutáveis. Lembro-me menino, lutando sempre a favor daqueles que precisam ser defendidos. Nunca fiquei na minha vida lutando ao lado de banqueiros, como os que hoje têm lucros fantásticos. Este País precisa avançar e digo o seguinte: o meu Partido é um Partido plural. Aqui o matizamento ideológico é muito variado, mas ele tem que ter uma idéia central, uma idéia-força e os membros dos Partidos, os membros da Bancada têm que se submeter, sim, às determinações coletivas, porque senão você não tem rumo a seguir. Aliás, tem um provérbio que diz o seguinte: *o vento não ajuda o barco que não sabe para onde quer ir*.

Estamos aqui no Paraná sob a determinação ideológica de um Partido vencedor e que diz, através do Governador, que somos de Esquerda e vemos compondo o Governo gente que não é, de maneira nenhuma, de Esquerda. Mas, deve predominar na Administração, na Bancada, no Partido, essas idéias-força, que comandam a Administração no rumo do futuro.

Sr. Presidente, gostaria de conceder um aparte ao meu nobre colega, Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Pugliesi!

Deputado Pugliesi, estou ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento e queria lhe dizer que são muito poucos os políticos do Brasil que podem fazer um pronunciamento com esse conteúdo que V. Exa. está fazendo. São pouquíssimos! Imagino que me enquadrar nesse pensamento ideológico de V. Exa., porque também nunca mudei de Partido, porque o meu primeiro Partido foi o MDB e o PMDB, mas o nosso País está desse jeito porque a grande maioria se elege e visa o interesse próprio e não o interesse partidário e nós só teremos o país que queremos quando tivermos Partidos fortes e ideologia partidária. Falou muito bem V. Exa.: o mandato tem que ser do Partido. Tem Deputado que no decorrer de um mandato, passou por seis Partidos. Isso é uma imoralidade, isso é uma vergonha e por isso a desmoralização da classe política.

Tenho dito que respeito os políticos em qualquer Partido que estejam. Os Partidos todos são bons, mas o que faz os Partidos maus são os políticos, os componentes. Desde que tenha ética partidária, desde que tenha ideologia, mas aquele que se elege para o seu bel-prazer ou para ocupar uma posição ou cargo, claro que deveria ser eliminado da política.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Deputado Dobrandino, agradeço o aparte de V. Exa.

Concedo um aparte ao Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento! Era de se esperar de uma pessoa que tem uma história, uma trajetória como o senhor apresenta nesta Casa e até mesmo quando ficou fora desta Casa, nunca se curvou às seduições do poder a às mudanças partidárias. Quero me somar a V. Exa. e dizer que realmente essa mudança de Partido soa como um estelionato eleitoral, porque vamos às ruas, pedimos votos por um Partido e depois muitas pessoas mudam de Partido, julgando o seu interesse próprio e com certeza não analisa, não consulta as Lideranças que o apoiaram.

Espero que essa medida do TSE realmente tenha efeitos práticos. Espero que não seja mais daquelas resoluções que ficam na gaveta, e inclusive ontem, escutei uma entrevista do Presidente da Câmara dizendo que não vai tirar mandato de nenhum Deputado - quer dizer, já vai se fazer um arranjo.

Entendo também que os Partidos têm que ser coerentes com os Estatutos e com os Regimentos que V. Exa. falou, porque tem muito Partido que, infelizmente, tem uma postura pior que os componentes que mudam de Partido. Tem muitos Partidos que quando estão na Oposição são uma coisa e quando estão na Situação são outra. E faço mais um elogio a V. Exa. no que diz respeito ao desenvolvimento que o Paraná e o país precisam e não ao desenvolvimento de banqueiros.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado.

Tem um caso - que eu acho que é até emblemático - que aconteceu nesta última eleição. O ex-Prefeito da Capital, Sr. Cássio Taniguchi, acho que no entendimento dele, ele estava esperando uma votação monstruosa, talvez 200.000, 300.000 votos. Surpreendeu-se negativamente com aquele punhado de votos que recebeu, mas esses votos foram suficientes para que ele pudesse ter um mandato na Câmara Federal. Ele foi eleito para representar o povo do Paraná. Logicamente que o Deputado Federal, o Senador, têm que ter uma visão nacional, uma visão global do país. Mas o que fez o ex-Prefeito? Simplesmente tomou posse para garantir o salário de Deputado que é mais interessante do que o salário, talvez, da Secretaria lá do Governo do Distrito Federal. O que o Sr. Cássio Taniguchi fez com os eleitores que acreditaram nele? O Taniguchi "deu uma banana" para esses eleitores. É isso que ele fez: "Não estou nem aí com vocês e tchau" - e vai embora, sem dar satisfação.

Agora, o Reni Pereira, falou certo quando disse muitas vezes é o próprio Partido, é a organização partidária que é frouxa, permissiva. Ora, o meu Partido propugna pela reforma agrária, pela reforma agrícola e fundiária - como é que você pode receber dentro de um Partido alguém que tem ódio e nojo aos pobres e às transformações? Mas no interesse eleitoral, inclusive, o meu Partido recebe esse tipo de gente. E depois nós, meia dúzia, ficamos fazendo a reclamação de que as coisas não estão acontecendo do jeito que nós gostaríamos que elas acontecessem.

Então, o Partido, e eu me lembro, Sr. Presidente, que o ex-Governador Leon Peres - eu era Presidente do PMDB - ele tentou por todas as formas entrar no nosso PMDB e eu, como Presidente, tranquei as portas para o já falecido Governador. Um dia, ele, acompanhado do seu advogado, foi levado por ele mesmo às lágrimas, talvez de maneira teatral - começou a chorar diante de mim, pensando que iria me comover - e eu falei: olha, rapaz, você serviu a uma ditadura que matou, assassinou, exilou, e aqui não há lugar para torturadores ou coniventes com a tortura. E ele não entrou no Partido. Mas daí a pouco as coisas começam a se modificar e as portas são escancaradas para todos aqueles que pretendam chegar no Partido - não falo só do meu, não tenho autoridade para falar dos outros Partidos, mas eu sou um observador, vejo as coisas acontecendo.

Por isso, Sr. Presidente, esta Casa é uma Casa Legislativa. Os hábitos e os costumes que estão impedindo aqui ou no Brasil precisam ser modificados. Agora, modificados de que maneira? Com esta "macacada" pulando de galho em galho todos os dias e ao pular de um galho para o outro "dão uma banana" para aqueles que ficaram.

Então, o que deveria acontecer era o seguinte: você quer se filiar a este Partido? Você está aqui com o ideário da nossa sigla, você vai estudar e se você estiver de

acordo com ela você volta e aí sim você será submetido, vamos dizer, a algumas normas que precisam ser cumpridas, se não, é isto que a gente vê todos os dias. Logicamente, Sr. Presidente, que eu fiz uma ressalva - tem gente, muitas vezes, que precisa sair, porque não encontra, vamos dizer, o ar respirável naquela sigla, muitas vezes não encontra condições de se candidatar a determinados cargos que ele está postulando. Aí, até existe tolerância, mas a mercadoria negociada, toma lá, dá cá, não é assim!

Quero, mais uma vez, registrar o desconforto de um velho militante político com este tipo de prática que ainda nós temos, praticamente em todas as siglas partidárias.

Obrigado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar a presença do Secretário Municipal de Guarapuava, Cosme Stinner e do campeão mundial de muay-thai, Célio Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sejam bem-vindos a Casa. No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero me solidarizar como Líder do PT, ao pronunciamento do veterano Deputado Pugliesi.

Concordo que este país só avançará se tivermos uma verdadeira reforma política, as instituições partidárias são a principal ferramenta de qualquer cidadão político deste país. Se os Partidos não forem fortes, a democracia é frágil, portanto é fundamental que haja disciplinamento legal, onde se fortaleçam os Partidos políticos desta Federação. O país, com certeza, ganhará com isso. Eu diria que é a reforma mais importante que tem no país, a meu ver, é a reforma política. Espero que o Congresso Nacional se una nesse tema, que discuta, inclusive o Chinaglia, Presidente da Câmara Federal, está trabalhando para isso, há uma disposição para isso! É um momento importante para que esse tema seja debatido e votado. É fundamental para o país, Deputado Pugliesi, que a reforma política ocorra, que se crie instrumentos suficientes para fortalecer os Partidos, para que haja fidelidade partidária. Eu defendo financiamento público de campanha e que haja limitações nas coligações, inclusive proporcionais. Vejo que, do jeito que está, só atende o interesse do indivíduo, não atende o interesse coletivo. Infelizmente, hoje prevalece, muitas vezes, a questão individual e o que vale no ideal de democracia e de Partido político seria a questão da coletividade.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, como Líder do PT, com muita satisfação. É um orgulho muito grande da

divulgação de dados importantes anunciados no dia de hoje pelo Estado de São Paulo, jornal de circulação nacional que aponta que oito milhões de brasileiros deixam a baixa renda: *Inflação controlada, crédito e salário maiores explicam a ascensão*, diz pesquisa.

Deputado Péricles, companheiro de Partido, Deputado Luizão, Pedro Ivo que está aqui, companheiros que foram simpatizantes e trabalharam pela reeleição do nosso Governador nesse Governo de coalizão, os avanços justamente de quem mais precisa do Estado, as classes menos favorecidas ascenderam de posição. Que coisa extraordinária quando fazemos discursos: "Nós temos que priorizar os menos favorecidos, nós precisamos elevar o padrão de vida da sociedade menos favorecida!" E isso está acontecendo, de fato, e isso é para nós motivo de satisfação!

Não tenho dúvida, quando o Presidente Lula anunciou o novo PAC, no seu discurso ele deixou muito claro: "Quero continuar com a inflação controlada, quero que o PIB cresça, mas com distribuição de renda". Distribuir renda é fazer com que as pessoas menos abastadas, que o poder de compra do povo continue aumentando acima da inflação. Isso faz com que o giro do dinheiro das pessoas menos favorecidas aconteça no comércio e isso ajuda na elevação do PIB. O PIB, segundo o IBGE, já tem tendência de crescimento. Veja o otimismo que existe hoje nas classes política e empresarial e na sociedade organizada.

Então, esse fato onde as camadas D e E que reuniram 84,8 milhões de pessoas no ano passado, ou 46% da população, em 2005 o contingente dessas classes sociais era de 92,9 milhões. Diminuiu esse povo que tinha menos poder de compra. Eram 92 milhões de pessoas que se enquadravam de acordo com os dados da pesquisa, agora, esse número é de 84,8 milhões. Essas pessoas ascenderam de classe, foram para a classe C. Um número significativo. O percentual que tinha em 2005 era 51% da classe D e E e agora está em 46%. Então, esses dados mantendo essa tendência com inflação controlada, ganho real acima da inflação todos os anos, vamos erradicar a miséria e a fome neste país.

Portanto, nós estamos no caminho certo, o país anda no caminho certo, há uma tendência clara de crescimento com desenvolvimento. Por isso, vejam só o papel de todas as lideranças políticas deste país, de todos os Partidos políticos, inclusive da Oposição, para que as reformas que precisam ser votadas no Congresso, sejam votadas. Que o Congresso faça, neste momento histórico que vive o país, onde se acende uma luz muito clara na questão da bioenergia, onde nós temos um caminho de crescimento extraordinário nesse setor, onde nós podemos ser os protagonistas com os países europeus, com os países americanos e tantos outros.

Portanto, nós que estamos numa fase de ascensão, de crescimento, numa fase de distribuição de renda, precisamos comemorar esses dados que são muito importantes. Não são dados do Governo, são dados de pesquisas feitas por mecanismos internacionais e isso sinaliza para

o mundo todo que o país está no caminho certo. Essa é uma notícia, a meu ver, extraordinária, onde quem ganha com isso, naturalmente, é o povo menos favorecido. Esperamos que esse ciclo continue, pelo menos, décadas e décadas. Isso é papel de responsabilidade política, dos políticos que estão no poder. Queremos que a Oposição seja muito responsável neste período importante da vida da Nação, justamente neste primeiro ano do novo Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, ainda no Horário das Lideranças.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Deputado Antonio Anibelli, companheiro de quase quarenta anos de jornada, Deputado Chico, colega de rádio, Jocelito Canto, Sras. e Srs. Deputados.

Diante da posição que o TSE tomou ontem à noite, em Brasília, ficamos imaginando se o Supremo Tribunal Federal acolher a representação do PFL, que deseja a vaga de oito Deputados do PFL que mudaram de Partido, isso terá um efeito dominó no Brasil inteiro. Chego a calcular que deve ultrapassar uns trezentos Deputados Federais, Estaduais e alguns Senadores que perderiam o mandato. Alguns vão tentar voltar para o Partido do qual saíram e pelo qual se elegeram. Daí fica curioso. Será que o Partido vai aceitar? Porque o suplente vai estar de olho. Eu vejo que quando um de nós fica doente, o comentário nos corredores é que o suplente está sempre atento, preocupado com a nossa saúde. Então, vamos aguardar o que o Supremo vai decidir.

Nós encaminhamos à Mesa um requerimento que, se aprovado, deve ser dirigido ao Presidente da CBF, o Sr. Ricardo Teixeira. Quando Prefeito de Londrina, eu consegui levar a seleção brasileira de futebol, a titular, para jogar em Londrina, contra a seleção da Romênia. Conseguimos levar a seleção brasileira, para participar do pré-olímpico, em Londrina, aonde Ronaldinho Gaúcho foi a grande estrela. Ali estavam seleções de vários países.

Mas, o que temos acompanhado, é que o Sr. Ricardo Teixeira está percorrendo o Brasil, já fazendo vistoria, convicto de que a Copa do Mundo de 2014 vai ser mesmo sediada no Brasil.

Aliás, não tem muitos anos, o México sediou duas copas, uma próxima da outra. A primeira foi em 1970, quando o Brasil foi tricampeão do mundo e a segunda copa que o México promoveu, quase em seguida, foi porque essa copa deveria ter sido na Colômbia que, através de seu Governo e das autoridades esportivas, manifestaram que o país não teria condições de sediar a Copa do Mundo. Chegaram até a oferecer a Copa do Mundo para o Brasil e o Governo brasileiro também disse que,

naquela oportunidade, o Brasil não tinha condições de bancar uma Copa do Mundo.

Mas agora a idéia está madura, há uma consciência do Governo, do povo, da CBF e parece até da própria FIFA, de que o Brasil é mesmo o país indicado, tem todas as condições para sediar a Copa do Mundo.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu não estou vendo visita do Sr. Ricardo Teixeira, aqui no Paraná. Se não nos movimentarmos, não nos mobilizarmos, o Paraná provavelmente vai deixar de ser sede de um dos grupos da Copa do Mundo de 2014.

Então, estamos encaminhando o requerimento, apelando ao Presidente da CBF que inclua o Paraná como chave de um grupo da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Temos a Cidade de Curitiba, com vários estádios. Londrina, Maringá, Cascavel, aliás, temos aqui no Paraná, estádios que são melhores que muitos estádios onde tivemos a última Copa do Mundo.

Temos aqui telefonia de primeiro mundo, rede hoteleira moderna, facilidade de transporte, de locomoção. O Paraná tem todas as condições para ser sede de um dos grupos da Copa do Mundo de Futebol. Esperamos que o nosso Estado seja atendido.

O outro requerimento, Sr. Presidente, já tendo militado na imprensa, eu aprendi lá uma brincadeira que se faz para o jornalista, que avião que voa não é notícia. Até uma brincadeira de um repórter que foi escalado para fazer a cobertura da chegada de um grande astro da música no aeroporto, de repente, o chefe de jornalismo deu a bronca nele: “você foi ao aeroporto e não passou nenhum boletim para a rádio da chegada do grande astro”. O repórter, então, respondeu ao patrão: “mas, como é que eu poderia ter feito a reportagem do aeroporto, se o avião caiu e o artista morreu?”

Mas, hoje, nós vamos falar do caos dos aeroportos brasileiros. Em que pese se na Assembléia Legislativa é também nosso dever verificar por que está acontecendo esse caos nos aeroportos, inclusive aqui, no Aeroporto Afonso Penna, onde já saiu nas grandes imprensas do Paraná e do Brasil, que por muito pouco dois aviões quase se chocaram por falha no serviço de controle de voo no Aeroporto Afonso Penna.

Estamos requerendo, Sr. Presidente, que nós temos a obrigação de dar a nossa contribuição de ajudar a verificar e buscar solução para os problemas que o Aeroporto Afonso Penna está enfrentando ao lado de aeroportos de grandes cidades do Brasil. Estamos pedindo a formação de uma Comissão de três Deputados - se entenderem que tem que ser mais Deputados - para irmos ao Aeroporto Afonso Penna conversar com os administradores, saber no que a Assembléia, no que o Governo do Paraná pode contribuir para evitar a repetição do apagão aéreo, caos, congestionamento, atraso no pouso e decolagem dos aviões comerciais, que tantos problemas, tanto transtorno tem trazido aos passageiros e à economia paranaense.

Queremos, Sr. Presidente, que seja formada essa Comissão para irmos com urgência ao Aeroporto Afonso

Penna. Por que Afonso Penna? Porque é onde a imprensa tem noticiado, onde tem se concentrado aqui, no sul do país, o maior foco do problema.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Em nome da Presidência da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação, gostaria de dizer ao senhor que está repleto de razão. Vamos nos reunir, sim, e se possível fazer uma vistoria, como o senhor está nos sugerindo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel. O pedido é que não podemos nem deixar para amanhã. Não vamos esperar o avião trombar, esperar a repetição do acidente com o avião da Gol. Estamos aqui pertinho do aeroporto, há poucos quilômetros do prédio da Assembléia e o quanto antes pudermos fazer essa verificação e ver no que é que podemos contribuir para ajudar a contornar o problema, nós devemos fazer.

Por último, queria registrar uma tristeza pela infelicidade que uma autoridade cometeu ontem em Brasília a respeito da situação do negro.

Tenho aqui um dos jornais, mas está na imprensa do país inteiro hoje, a matéria em que a Ministra diz que é natural o negro não gostar do branco.

Meu genro é negro, mas do genro que é amigo meu, posso falar muito bem à vontade sobre esse tema. A posição dessa Ministra, para mim ela está instigando a violência no país. Se tem um ou outro negro que é violento, que traz alguma vontade de se vingar do branco, porque lá atrás os negros, lamentavelmente, foram escravizados, trazidos à força, na marra, para trabalhar nas lavouras, se o negro passou por tudo isso no passado e ainda hoje é vítima de muita discriminação - pela convivência que tenho com os negros e na minha região, pelo que sinto, tenho sido um político que tem conquistado a maioria dos votos da raça negra - não posso concordar, porque não é esse o pensamento da maioria dos negros, de ficar odiando o povo branco. Está aqui no jornal a Ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial. Pasmem os senhores! Uma Ministra que vem pregar o ódio, vem instigar o negro a odiar o branco! Que integração racial que essa Ministra está promovendo? Ela afirmou, em entrevista à BBC Brasil, considerou que é natural que os negros brasileiros não gostem dos brancos. Não é verdade da Ministra.

Pelo menos me considero um grande amigo de uma multidão de negros da minha cidade e da minha região. Não posso concordar com uma afirmação absurda, fora da realidade, dessa que é uma grande autoridade que deveria estar pregando a união dos povos, a integração das raças. Somos todos brasileiros. Aliás, de vez em quando vemos até alguns cientistas analisando que Cristo teria nascido numa região onde o povo pende inclusive mais para a própria raça negra.

Há cientistas que chegam a afirmar que Cristo não teria a pele branca, como nós vemos em muitas gravuras. Cristo seria, na verdade, um Cristo cuja pele pendia para a raça negra. Mas, não vamos discutir aqui se Cristo era negro, se não era negro.

O que queremos é registrar nossa insatisfação, nossa tristeza, pela palavra infeliz, inconveniente, inoportuna da maior autoridade do Brasil, esta Ministra Matilde Ribeiro, maior autoridade no setor de integração racial de unir os povos. E de repente, ela vem instigar a violência do negro contra o branco, com o que nós não concordamos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra no Horário das Lideranças, e antes de passar à Ordem do Dia, queremos registrar, a pedido do Deputado Duílio Genari, a visita da Vice-Prefeita e Prefeita em exercício, do Município de Missal, Marisia Butske. Nos sentimos muito honrados com sua presença.

O SR. PASTOR EDSON PRAZCYK (PRB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a questão de ordem que encaminho a V. Exa., inclusive por escrito, é referente a uma Proposta de Emenda à Constituição, protocolada no dia 12 deste mês, sobre a escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. O que questiono, Sr. Presidente, é se a mesma proposta foi publicada em avulso no Diário da Assembléia Legislativa, para conhecimento dos Deputados. Se foi, quando foi publicada?

O segundo questionamento que faço a V. Exa. é se foi constituída a Comissão Especial para receber possíveis emendas, analisá-las e posteriormente emitir parecer. A Comissão Especial será formada por quais Partidos, caso já tenha sido encaminhada? E qual o prazo para os Partidos indicarem os Deputados para comporem a referida Comissão?

Seriam, estes meus questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Transmito a Presidência ao Presidente Nelson Justus, que irá lhe prestar as informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Respondendo ao Deputado Edson Praczyk, realmente foi publicado, eu não tenho certeza do dia, mas possivelmente segunda-feira próxima passada, anteontem portanto, e deve ter sido entregue ou deve estar sendo entregue nos gabinetes de V. Exas. Mas, que foi publicado, tenho no meu gabinete a via do Diário Oficial da Casa.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

A outra pergunta é: a Comissão será formada por quais Partidos? Todos terão assento? É um número restrito?

A última é o prazo para os Partidos indicarem os Deputados para comporem esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Cabe a questão de ordem de V. Exa. e eu respondo da seguinte maneira: já foi publicada, agora, as Lideranças dos Partidos recebem juntamente com a publicação, a relação de como se forma a Comissão e dando o prazo para que cada Partido nomeie o Deputado para fazer parte da Comissão, para que possa ser instalada a PEC.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

O senhor não sabe este prazo?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Tão logo os Srs. Deputados recebam a convocação, já está o prazo, que normalmente é de 48 horas.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Normalmente os nobres Parlamentares se utilizam deste expediente, questão de ordem, para registrar e enaltecer a presença de autoridades, Vereadores, Prefeitos, pessoas importantes da nossa sociedade. Mas, desta vez farei de uma maneira diferente e gostaria de pedir a atenção de V. Exa., Presidente Nelson Justus, do Sr. Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, peço sua atenção e peço a atenção, também, do Líder do Governo, Deputado Romanelli.

Gostaria de registrar o desespero de uma família, o desespero de uma paranaense, de apenas cinco meses, chamada Caroline Vitória Marques, que está desde segunda-feira, lá nos Campos Gerais, esperando uma vaga de UTI pediátrica.

Como se não bastasse ter um problema gravíssimo na Cidade de Ponta Grossa de não ter uma vaga de UTI pediátrica, sendo que o Secretário prometeu a todos nós ponta-grossenses, há mais de um ano, que ia implantar dezessete leitos de UTI e ficou só na conversa. Como se não bastasse esse problema, aqui em Curitiba também não tem uma vaga de UTI pediátrica. Faz quase uma semana que estamos tentando uma vaga para a pequena Caroline Vitória Marques, paranaense, cinco meses. O problema é muito grave.

Sr. Secretário Cláudio Xavier, o senhor tem que cumprir sua promessa o mais rápido possível, já neste momento, senão o senhor vai enterrar o Governo do Estado, e eu digo enterrar em todos os sentidos.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

O Deputado Marcelo Rangel fez uma questão de ordem aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não, não era nem uma questão de ordem. Não caberia questão de ordem!

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu ia dizer justamente isso.

Primeiro, quero convidar ao Deputado Marcelo Rangel, assim que terminar a Sessão, para ir à Liderança do Governo, que vou ligar para o Secretário Cláudio Xavier e vou esclarecer esse tema. Sinceramente, não é possível. Eu conheço os hospitais. Se tivesse algum problema em Ponta Grossa que por alguma questão momentânea - aliás, aqui nós temos, só para poder informar: outro dia, ele subiu à tribuna e falou sobre essa questão de UTIs e ouvi aqui dois médicos, Dr. Batista e Dr. Felipe Lucas, dizendo: "Olha, não é nada disso que ele está falando sobre a questão de UTIs. Até porque UTIs não salvam pessoas. UTI, na verdade, é um instrumento de que a medicina dispõe."

O fato concreto é o seguinte: não é possível, Sr. Presidente, esse tema de saúde pública grave ser tratado desta forma. Não censuro, de maneira nenhuma, as palavras do Deputado, mas, sinceramente, conheço a rede hospitalar de Curitiba, que tem oferta de leitos de UTI pediátrica para qualquer situação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O senhor pode me ajudar, então, nesse sentido? O senhor poderia nos ajudar...

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Vou dizer a V. Exa.: terminando a Sessão, quero convidá-lo para ir à Liderança do Governo que vou esclarecer este tema lá.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura e Elton Welter, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; protocole-se; publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Indicação nº 026/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo - SETU, para incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Exposição Agrícola

de Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 027/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo, para incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Exposição Agrícola de Uraí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 028/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo, para incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado o Festival Nippo-Brasileiro de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 029/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo, para incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Festa da Uva Fina de Marialva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 030/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo que sejam adotadas providências pela Secretaria de Estado do Turismo, para incluir no Calendário de Eventos Turísticos do Estado a Exposição Agrícola Regional de Assaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 031/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo obras de reforma no Colégio Estadual Unidade Pólo de Jandaia do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 032/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a construção de uma nova Delegacia no Município de Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 033/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo um aumento no efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Militar de Pinhais e Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 034/07, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente, propondo a construção da ligação da Av. Maurício Fruet em Curitiba com a Av. Iraí em Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 035/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo reforma no Colégio Estadual Fabiana Pimentel e Escola Maria Aparecida Nigolski. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 036/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo

reforma na Escola Henrique Stadler e Escola David Carneiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 037/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo reforma na Escola Alcides Munhoz e Colégio Estadual Santo Antônio. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 038/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo reforma na Escola Eurico Batista Rosa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 039/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo reformas e ampliações em Escolas Estaduais de Ponta Grossa conforme solicitações. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 040/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo a compra de aparelhos para o Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07, de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS; institui o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social; cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/07

O Projeto de Lei 058/07 passa a denominar-se:
“Projeto de Lei Complementar nº 058/07.”

JUSTIFICATIVA:

A emenda tem por objetivo transformar o projeto de lei acima mencionado em projeto de lei complementar.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/07

Altera a súmula do Projeto de Lei Complementar nº 058/07.

“Súmula: Regulamenta os artigos 212 e 213 da Constituição Estadual e dá outras providências.”

JUSTIFICATIVA:

A emenda tem por objetivo adequar de melhor forma a súmula do projeto de lei ao seu conteúdo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar?

(Assentimento)

Para esclarecer e encaminhar essa questão - do requerimento, regimentalmente. Na próxima quarta-feira, dia 4 de abril, haverá um seminário com segmentos que compõem a área da habitação no Estado do Paraná, a COHAPAR, as COHABs de Londrina e Curitiba e, principalmente, a participação expressiva do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a Central de Movimentos Populares, o Observatório de Políticas Públicas e se fará uma discussão sobre o tema da moradia. Hoje, discutindo com a Bancada do Partido dos Trabalhadores e também com o Movimento Social, achamos que é muito interessante a discussão desse projeto, por este fórum de discussão, embora esse projeto - para esclarecer a V. Exa. e demais Deputados - foi amplamente debatido. Ele é fruto das duas conferências feitas, promovidas pelo Ministério das Cidades. É uma resposta à formulação feita pelo Fundo Nacional de Habitação, de interesse social, lei que foi sancionada pelo Presidente Lula e que, obrigatoriamente, o Paraná tem para poder acessar os recursos do Governo Federal desta área, que criar o Sistema Estadual, o Conselho e o Fundo do Estado do Paraná.

Para poder promover um debate e o projeto receber aperfeiçoamento, pedimos, ainda antes de receber eventual emenda, a retirada da pauta, justamente para possibilitar algum retorno e ele possa receber alguma emenda que possa melhorar o projeto.

Nesse sentido, pedimos a retirada por cinco Sessões, devendo retornar depois desse encontro do dia 4 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o requerimento do autor, solicitando a retirada por cinco Sessões, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que obriga as concessionárias de estradas de rodagem a construírem banheiros (masculino e feminino) para os usuários da via pedagiada. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC.**

Em discussão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Quero fazer um comentário sobre esse projeto. Pelo que me consta, existem banheiros nas rodovias pedagiadas, nas praças de pedágio. É um projeto que, para mim, é “chover no molhado”. O projeto não especifica nada, quantos banheiros, enfim, se é algo diferente do que existe. Mauro Moraes, eu vejo que é um projeto que não trará nada de novo. A Assembléia Legislativa do Paraná votará um projeto que institui uma coisa que já existe. Não quero mais polemizar sobre esse assunto, mas acho que poderíamos estar dedicando o tempo a coisas mais importantes.

O SR. MAURO MORAES (PMDB) (Para Encaminhar)

Salientando, Sr. Presidente, que existe uma diminuta minoria de banheiros à disposição. E não é uma lei, não é obrigação. Queremos que a concessionária seja obrigada a colocar banheiros. E não um banheiro aqui, daqui a 30 quilômetros outro. Acho bastante justo, isso vem ajudar as pessoas que estão viajando. Tenho a certeza que teremos a aprovação dos nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

DISCUSSÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação do inciso I, do artigo 2º do Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **NESTE TURNO DISCUSSÃO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera o artigo 2º da Lei nº 15121, de 16 de maio de 2006 (imóvel). **PARECERES**

FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 072/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Caíto Quintana, busca alterar a redação do artigo 2º da Lei nº 15.121 de 16 de maio de 2006.

Fundamentação

O presente projeto tem o intuito de alterar o artigo 2º da Lei nº 15.121/06. Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No caso em tela, observamos que conforme preceitos da Constituição Estadual, tem a Assembléia tal prerrogativa, por se tratar de doação de imóvel público a órgão do Estado, a fim de suprir requisitos para se instituir programa do Estado:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Ademais disto, no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do analisado, em face da legalidade e constitucionalidade, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 20.03.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
FRANCISCO BÜHRER - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 072/07**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 072/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, altera o artigo 2º da Lei nº 15.121, de 16 de maio de 2006.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por finalidade que se mantendo a

cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade sobre casas construídas, previstas na Lei nº 15.121, configurará a proibição permanente de que esses bens possam ser transferidos para terceiros, até mesmo em razão de possível inventário por falecimento de seus titulares.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 072/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Ramilândia à PR-495, no Município de Santa Helena. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 007/07, de 06/03/07, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 078/07**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 078/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Ramilândia à PR-495, no Município de Santa Helena.

Justifica o referido projeto dizendo que a referida estrada não possui qualquer tipo de pavimentação, sendo o tráfego realizado sobre o leito natural. Trata-se de uma importante via de integração entre os Municípios de Diamante do Oeste, Santa Helena e Ramilândia. A estrada beneficiará cerca de quinhentas famílias. O Município de Ramilândia possui um IDH abaixo da média estadual, carecendo de colaboração para construção de uma infraestrutura que possa ajudá-lo a sair dessa situação.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o projeto de lei reveste-se de legalidade, pois conforme exposto na justificativa, o Município de Ramilândia notoriamente necessita de desenvolvimento econômico e social, o que será propiciado com a estadualização da estrada que liga a sede da referida Cidade à PR-495 no Município de Santa Helena.

Ramilândia possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média estadual, necessitando de uma infra-estrutura que lhe possibilite sair desta situação, o que certamente será propiciado pela estadualização de mencionada estrada.

Nossa Constituição Federal em seus artigos 5º e 6º estabelece os direitos e deveres individuais e coletivos, bem como os direitos sociais, e, dentro destes, encontra-

se claramente o desenvolvimento humano, objetivo que será propiciado pelo presente projeto de lei.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 078/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 078/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada intermunicipal que liga a sede do Município de Ramilândia à PR-495, no Município de Santa Helena.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta visa a integração entre os Municípios de Diamante do Oeste, Santa Helena e Ramilândia, que tem como base de sua economia a agricultura, pecuária leiteira e avicultura, entre atividades desenvolvidas pelos pequenos produtores rurais.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 078/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

Discussão Única (Indicações)

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 016/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que propõe o fornecimento e a instalação de equipamento de informática e de laboratório para o Colégio Estadual Professora Roseli Piotto Roehrig da Cidade de Londrina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/07, de 21/03/07, em Indicações).**

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 017/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que propõe a construção e a pavimentação do contorno leste na Cidade de Cambé. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/07, de 21/03/07, em Indicações).**

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 018/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que indica a criação da

Região Metropolitana de Cascavel. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/07, de 21/03/07, em Indicações).**

Há sobre a mesa Proposta de Emenda Constitucional assinada pelos Deputados Nereu Moura e Elton Welter, devidamente apoiados pelos Srs. Deputados, que inclui o artigo 156-A na Constituição do Estado do Paraná. **Recebido. Protocole-se e publique-se em Avulso e no Diário da Assembléia. Ao Departamento Legislativo, para providências.**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica incluído o artigo 156-A na Constituição do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 156-A. O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos agricultores que, mediante título de propriedade com origem em projetos de colonização realizados pelo Estado, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo democrático, aos povos indígenas.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(aa) NEREU MOURA
ELTON WELTER

Apoiamento:

Fábio Camargo, Luiz Cláudio Romanelli, Tadeu Veneri, Rosane Ferreira, Pérciles de Mello, Rui Hara, Felipe Lucas, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes, Professor Luizão, Pedro Ivo, Luiz Eduardo Cheida, Francisco Bühner, Waldir Pugliesi, Antonio Anibelli, Dr. Batista, Dobrandino da Silva e Luiz Nishimori.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda Constitucional pretende reduzir e finalizar os conflitos decorrentes da demarcação das áreas indígenas do Estado do Paraná.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no plano jurídico, o reconhecimento do caráter pluriétnico e multicultural da sociedade brasileira.

As terras indígenas no Brasil cobrem no total uma extensão de 946.452 Km², correspondendo a cerca de 11,12% do território nacional. Em termos de comparação, numa extensão contínua, correspondem aos territórios da França e da Inglaterra tomados conjuntamente, ou a mais de duas vezes a extensão do Estado da Califórnia. As 554 áreas indígenas reconhecidas pela FUNAI abrigam uma população indígena estimada em cerca de 330.000 pessoas.

O problema da terra é o eixo central da questão indígena. A noção de território para as sociedades indígenas é muito mais do que simples meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. O

conceito de território está ligado à história cultural do grupo, a seu universo mitológico, às relações de família, ao conjunto das interações sociais, e ao sistema de alianças políticas e econômicas entre aldeias de um mesmo grupo. A garantia da terra é por isso condição essencial para assegurar a sobrevivência dos índios como grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Por outro lado, há diversos agricultores que há muito têm colaborado com o desenvolvimento do Estado, usufruindo de tais áreas com justo título. São famílias que adquiriram as terras do Estado de boa-fé, fazendo jus, portanto, a uma indenização justa pelas terras também, o que não tem previsão constitucional.

O viés compensatório dos danos da colonização no Estado do Paraná, deve ser plenamente assumido, ao mesmo tempo em que uma avaliação dos feitos da política indigenista deve presidir as discussões e tomadas de decisão futuras.

A proposta de emenda permite que os atuais proprietários das terras indígenas demarcadas no Paraná sejam indenizados pelo Estado, recebendo valor justo por sua propriedade, e, por conseqüência, acaba por resguardar a sociodiversidade, a variedade de suas formas próprias de representação política e a singularidade de seus movimentos políticos e organizações.

A aprovação da PEC permitirá a solução para um conflito onde as partes têm razão. São áreas onde residem e trabalham diversas famílias, as quais não devem ficar desamparadas pelo Estado.

Sendo assim, visando definitivamente a melhor forma de se atender os princípios que regem a Administração Pública, o Deputado que ao final subscreve apresenta esta Proposição de Emenda da Constituição.

Para tanto, invocamos o apoio dos nobres Pares.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para justificar, que a proposta de emenda é fruto de uma proposta que já havia sido formulada pelo Deputado Nereu Moura e Elton Welter. E ontem, recebi no gabinete da Liderança do Governo, as lideranças das comunidades indígenas do Paraná. Essa PEC é um instrumento, abre a possibilidade, para que naquelas comunidades indígenas onde não existe ainda território ou o território que existe é objeto de um proprietário de boa-fé, se possa fazer convênios com o Governo Federal, para que as desapropriações que hoje ocorrem para as benfeitorias úteis, possam também ser feitas em transferência de recursos voluntários para o Estado do Paraná, para que o Estado possa desapropriar os imóveis; os proprietários das áreas e se estabeleçam aí as novas reservas indígenas no Estado do Paraná, porque ainda há uma grande demanda ou uma demanda diária de populações indígenas.

Então, essa emenda constitucional cria as condições para que possamos continuar promovendo um resgate da dignidade dos povos indígenas no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 551 e 552, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente de Sessão anterior. **Retirados pela autora.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Acho que a Deputada Rosane já está naquele espírito do acordo que fizemos no início desta discussão e desta Sessão de hoje, nesta quarta-feira. Consulto a Deputada se ela retira o requerimento.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Quero aproveitar a oportunidade para realmente ratificar as palavras do Deputado Romanelli com relação ao trato que tem sido dado aos meus requerimentos por esta Casa. É verdade, todos os meus requerimentos, após discutidos, foram acatados pela Liderança do Governo e estamos aguardando as respostas dos mesmos. E com relação a esses dois encaminhamentos - são dois encaminhamentos que temos sobre a mesa - vamos encaminhar para a Liderança do Governo para que ela nos responda.

Obrigada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Os dois requerimentos, portanto, estão retirados pela autora.

Requerimento nº 559, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pela autora.**

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Consulto à Deputada, porque é um pedido de informações também. Consulto a Deputada se podemos encaminhar via Liderança do Governo essa informação que ela solicita.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento, conforme acordo entre as partes, por parte da autora.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço a autora!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 571, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 576, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 579, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Pela ordem, para encaminhar o requerimento, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós encaminhamos à Comissão Executiva, mas V. Exa. tem a prerrogativa de encaminhamento o requerimento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, apenas para enaltecer que esse requerimento é extremamente importante e requer urgência até, porque vem aí a Semana Santa, e de repente, pode ser tarde demais para prestarmos a colaboração da Assembléia no tocante aos problemas do Aeroporto Afonso Penna. Acho que isso requer, aprovado pelo Plenário, que a Comissão seja formada com urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. A Presidência avoca para si a responsabilidade de, mesmo sem votar em Plenário, encaminhar que se forme a Comissão.

Requerimentos

Requerimento nº 585, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 594 e 596, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 598, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, com apoio dos Srs. Deputados Alexandre Curi, Antonio Anibelli e Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Francisco Bühner, membro do Conselho Fiscal da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, para representar esta Casa de Leis na Reunião da Diretoria Executiva Nacional, Conselho Fiscal e Secretaria de Mulheres, no dia 02 de abril de 2007, na Cidade de Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 602 e 603, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 604, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 072 e 078/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 098, 099, 100 e 127/07.

Levanta-se a Sessão.

